

## ENTREVISTA

### PAISAGENS EM PERSPECTIVA: aspectos sociais e possibilidades de pesquisa, entrevista com a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dora Shellard Corrêa

Entrevista concedida à Equipe editorial da Revista Espacialidades<sup>1</sup>

Entrevista recebida em: 30/05/2023.

Aceita em: 02/06/2023.

**Espacialidades:** Professora Dora Shellard gostaríamos de iniciar esta entrevista dizendo que é um imenso prazer contar com a sua participação em um dos volumes da Espacialidades. Em primeiro lugar, gostaríamos que a sra. apresentasse um pouco da sua formação acadêmica, destacando as circunstâncias que a levaram a se dedicar ao campo da história ambiental.

**Dora:** Eu sou mestre e doutora em história econômica. A pós-graduação em história ambiental é muito recente no Brasil e são poucos os programas. Uma parte da história econômica sempre tratou da ocupação e exploração do espaço físico. Eu entrei justamente com a proposta de discutir o processo de implantação e desenvolvimento de um núcleo de colonização oficial estabelecido em terras devolutas no sudoeste paulista, próximo à fronteira com o estado do Paraná. Na mesma época passei um ano acadêmico na Indiana University sob orientação de um professor da área de antropologia ecológica que pesquisa a Amazônia, prof. Emílio

---

<sup>1</sup> A equipe editorial da Revista Espacialidades (formação do volume 19.1) é composta por: Editora Responsável Dr<sup>a</sup> Fabíula Sevilha; Editores: Andressa Freitas dos Santos, Douglas André Gonçalves Cavalheiro, Emmily Keturyn Moreira da Paschoa, Francisco Leandro Duarte Pinheiro, Guilherme Garcia Galego, Luana Barros de Azevedo, Luíza Vieira Cavalcanti, Italo Leonardo de Lima Queiroz, e Talita Alves da Cruz.

Moran. Quando voltei ao Brasil, continuei o mestrado, mas também fui trabalhar no Conselho Estadual do Meio Ambiente com diagnósticos das recém-criadas Áreas de Proteção Ambiental de São Paulo. Eu fazia a descrição da ocupação econômica e social dessas áreas. Entrei depois no Instituto Butantã, porém continuei a participar de trabalhos de diagnósticos ambientais e Estudos de Impacto Ambiental - EIA RIMAs.

Quando entrei no doutorado a produção em história ambiental nos Estados Unidos estava crescendo. No Brasil havia pouquíssimos pesquisadores que se afirmavam como historiadores ambientais. Jozimar Paes de Almeida estava publicando o seu mestrado em história das ciências “A extinção do arco-íris. Ecologia e História” e José Augusto Pádua organizando um livro “Ecologia e política no Brasil” com um capítulo seu intitulado “Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. Estava sendo traduzido o primeiro livro de Warren Dean em história ambiental, *A luta pela Borracha no Brasil*. Passei a entrar mais a fundo nessas leituras, na análise de como a nossa historiografia abordou o meio ambiente. Comecei a ter um diálogo maior com esses historiadores que estavam colocando o espaço físico no centro de suas atenções. Quando acabei o doutorado já estávamos organizando simpósios temáticos relacionados ao tema história e meio ambiente.

Mas a produção atual em história ambiental no Brasil vem se diversificando muito e está concentrada especialmente no século XX e XXI, o que não é o meu caso e de outros acadêmicos. Uma parte substantiva dela comunica-se particularmente com a ciências ambientais, assumindo algumas de suas conceituações. O meu diálogo caminha especialmente pela geografia cultural e história cultural, história das populações indígenas, antropologia cultural e arqueologia. Porém, como me aconselhou uma vez um professor, sem esquecer que a minha formação inicial foi em história e escrevo história.

Há uma especialidade da história cultural denominada “história da paisagem”. Vários pesquisadores envolvidos nessa especialidade se inscrevem em Simpósio

Temáticos ligados à história ambiental. Nos questionam se o que fazem é história ambiental. Não sei dizer. Eu considero que as minhas pesquisas estão dentro da história ambiental, porque eu discuto com os trabalhos acadêmicos em história ambiental, com o movimento ambientalista, com os debates e as medidas legais relacionadas à questão ambiental.

**Espacialidades:** Qual a importância do conceito de paisagem no conjunto da produção historiográfica brasileira? Em geral, as pesquisas levam em conta a questão do espaço geográfico e da paisagem ou se trata de uma preocupação ainda circunscrita à história ambiental?

**Dora:** Antes de iniciar, cabe adiantar que quando falo “paisagem natural” me refiro a cenários onde predomina animais e vegetação, uma vista campestre e não urbana. Ou seja, paisagem natural nada tem a haver com natureza primitiva, não transformada. Como está ressaltado no título do livro de Antonio Carlos Diegues a natureza intocada é um mito. No Brasil, talvez seja um dos resquícios da visão do Paraíso como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda lá na década de 1950.

Nós temos uma produção relevante sobre o tema paisagem, mas especialmente ligado à história cultural. A discussão historiográfica sobre a noção de paisagem dentro da história ambiental brasileira parte majoritariamente das ciências ambientais, da geografia em particular. São poucos os que se aventuram a analisar o conceito em si ao longo do tempo, observando suas transformações quanto aos significados e usos da palavra. Paisagem no renascimento, quando o termo é criado, até o século XVIII, denotava um gênero da pintura, como o retrato por exemplo. Não se confundia com vista, ou com o conjunto de formas naturais existentes à frente do observador. Um significado que se transforma ao longo do século XIX. No início desse século Alexander Von Humboldt defendeu a pertinência de paisagem como um conceito fundamental para os estudos geográficos.

A descrição dos espaços físicos por onde a ocupação colonial vai acontecendo é antiga na historiografia brasileira. Já a encontramos em Adolfo Varnhagen na

segunda metade do século XIX e em Capistrano de Abreu na passagem para o século XX. A influência de Varnhagen é percebida em *Evolução Política do Brasil* (1933), mas especialmente em *Formação Política do Brasil* (1942) de Caio Prado Júnior. Sérgio Buarque de Holanda particularmente em *Monções e Caminhos e Fronteiras* repete alguns detalhes de descrições de Capistrano em *Caminhos Coloniais*, porém fazendo pequenas alterações, criando uma imagem diversa. Um outro autor dessa geração que começou a escrever e publicar pela década de 1930 e que também abordou o meio físico, foi Gilberto Freyre em “*Casa Grande e Senzala*” (1933) e depois em “*Nordeste: aspectos de influência da cana sobre a vida e a paisagem*” (1937). Diferentemente do fazemos atualmente, as descrições da paisagem e do meio físico da América portuguesa elaborado por esses historiadores que terão uma influência expressiva na produção historiográfica nacional até a década de 70, é que o espaço era um dos elementos que entrava na argumentação, mas não era o foco central da exposição. Além disso, talvez a sua convivência cotidiana fosse mais interdisciplinar do que a nossa atualmente. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, em “*Caminhos e Fronteiras*” discutindo dados constantes em descrições de testemunhos do século XVII sobre a colheita do mel pelos indígenas, desenvolve a sua crítica a partir da conversa com o biólogo Paulo de Nogueira Neto. Essa informação consta em nota de rodapé. Logo que a Universidade de São Paulo foi fundada, Caio Prado Júnior se inscreveu como aluno na então seção de História e Geografia, tendo participado da fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB - e fazendo parte da comissão editorial da revista *Geografia*, criada pela AGB em 1935.

Diferentemente do que acontecia na Europa, História e Geografia formavam um curso único no Brasil na década de 1930, quando foram criados nas primeiras universidades brasileiras (Lei n. 452, de 5 de julho de 1937). Só serão separados em 1955 (Lei 2.594). Até a metade do século, portanto, havia um diálogo grande da História com a Geografia e da Geografia com a História. Com o avançar dos anos 60 e especialmente na década seguinte, o distanciamento é perceptível nas duas áreas. Porém, um afastamento que também é compreendido pela influência do

marxismo e estruturalismo. Quando de uma homenagem à dra. Maria Thereza Schörer Petrone, formada em História e Geografia pela USP no início dos anos 50, fiz um estudo de sua produção e pude constatar como o espaço físico é relevante inicialmente em sua narrativa. Mas vai diminuindo pela segunda metade dos anos 60. O mesmo pode ser dito em relação a historiadora Emília Viotti da Costa. Em “Cotia e Itapeverica da Serra. Subúrbios agrícolas”, publicado em 1958 no volume IV da série A cidade de São Paulo organizada por Aroldo de Azevedo, apresenta uma valiosa descrição da paisagem da porção sudoeste da região metropolitana de São Paulo. Uma narração que leva o leitor a se imaginar no lugar do autor observando a vista. Esse é um artigo que os historiadores ambientais deveriam ler ou reler.

Nós encontramos em muitos desses escritos até por volta da década de 1950 e início da 60, críticas a forma devastadora do processo colonizador. Warren Dean lembra em “A ferro e fogo” que desde o início do século XX no Brasil há um debate sobre a degradação ambiental no Brasil e a formação de associações ligadas à defesa do meio ambiente, ou seja, os historiadores estão reverberando questões colocadas pelo seu tempo presente. Lembremos que o código florestal (Decreto 23.793/1934), o de minas (Decreto 24.642/1934), o de caça e pesca (Decreto 23.672/1934) e o de águas (Decreto 24.643/1934) foram decretados em 1934. E três anos depois foi criado a primeira área protegida do país, o Parque Nacional de Itatiaia (Decreto 171314/1937), na serra da Mantiqueira.

Enfim, a diferença na abordagem da história ambiental e de nossos primeiros historiadores e historiadoras de formação acadêmica em história e geografia, é que meio ambiente não era o único foco, não havia tal tipo de especialização. A história pesquisada era econômica, social e cultural com o seu movimento acontecendo num dado espaço físico e no tempo. Considero que suas posturas eram mais interdisciplinares do que daquele hoje que afirmam a sua interdisciplinaridade sem problematizarem o conflito de conceituações originárias das ciências ambientais e das ciências humanas, a começar por objetividade.

A história da paisagem não é tema unicamente da história ambiental, mas há uma produção relevante da história cultural. Há um belíssimo livro de literatura escrito por Flora Sussekind, “O Brasil não é longe daqui”, onde trata das descrições elaboradas pelo romantismo no Brasil e como eles nos apresentam o Brasil visualizado pelos viajantes e cientistas estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX. Tomam para si o estranhamento frente à natureza tropical descrita pelos estrangeiros.

**Espacialidades:** Qual a importância social de estudar paisagens?

**Dora:** Tem importância social especialmente quando tratamos criticamente a noção. O termo paisagem, como já foi apontado, surge no renascimento denominando um tipo de pintura. Uma representação que não se reduzia ao que estava sendo visualizado à frente. Aliás nos séculos XVI o artista não pintava ou fazia seu esboço defronte ao cenário retratado. Conforme ensinava Roger Piles em seu “Curso de pintura por princípios” escrito em 1708, o pintor deveria ter intimidade com a perspectiva, colocar aquilo que dava alma a esse tipo pintura, ou seja, animais, água, árvores agitadas pelo vento. Enfim, a paisagem não se reduzia à representação de uma vista no renascimento. Ela implicava num enquadramento da cena, numa decisão sobre profundidade, largura, altura do cenário percebido, na seleção dos elementos a serem evidenciados e na sua deformação através da perspectiva. A filósofa francesa Anne Cauquelin afirma em seu livro “A invenção da paisagem” que foi a arte que nos educou a ver a natureza. E foi um personagem singular que pode encomendar e comprar paisagens para ficar parado admirando, escreveu Raymond Williams em Campo e Cidade. No Brasil, Estados Unidos, e pelo mundo todo há áreas preservadas dada a sua notável beleza cênica. Mas beleza cênica dá para definida a partir de critérios universais? A quem é dado o direito de usufruir esses cenários tendo em conta a sua significação cultural, a possibilidade, o seu tempo e recursos para ir e ficar admirando?

Estudar a paisagem como a representação de uma vista e não como algo real concreto, é um caminho para nos conscientizarmos quanto a ilusão sobre a objetividade e para buscarmos ir além. É o caminho para fazermos a crítica do modo como sentimos o conjunto de formas naturais que enxergamos à frente, o que vemos e aquilo que não queremos ou não conseguimos perceber por que não podemos significar, entender, compreender. Não é nenhuma novidade hoje afirmar que a cultura ocidental não consegue distinguir e reconhecer a humanização da natureza processada por outras culturas. Não nota plantas semeadas, caminhos marcados, territórios demarcados, não consegue aceitar outras formas de conceber os animais e os vegetais. Temos dificuldade de reconhecer, entender e aprender formas indígenas de manejo das espécies vegetais e animais. Resistimos a admitir que paisagem foi criada por poucos e para poucos na terra.

**Espacialidades:** Quais os erros mais comuns nos estudos sobre paisagens?

**Dora:** Não sei se poderia apontar os erros mais comuns nos estudos sobre paisagem. Acredito que o que pode haver são trabalhos mal desenvolvidos cientificamente. Uma boa pesquisa deve seguir os princípios metodológicos e critérios de objetividade estabelecidos pela área do conhecimento e especialidade a que ela se liga e ter claro a teoria em que se fundamenta. Richard Muir escreveu um livro, “Approaches to landscape”, expondo as inúmeras e diferentes interpretações dadas a ideia de paisagem. Porém que resultaram em obras que trazem informações e análises significativas, mesmo para aqueles autores que trabalham com uma conceituação antagônica.

Uma pesquisa em da história da paisagem, metodologicamente, como aprendemos, deve criticar as suas fontes, os testemunhos. Contextualizá-los, saber quem são eles e porque estão fazendo aquela descrição. Alicerçar a sua escolha, seleção, análise e descrição dos dados numa bibliografia teórica pertinente. Há de ter em conta a produção historiográfica que se debruçou sobre o mesmo tema. Embora seja óbvio esse comentário, lemos trabalhos que parecem desconsiderar essas orientações.

Analisa as fontes como se o tempo histórico e os objetivos particulares daquele testemunho não interferissem na observação e representação da natureza. Desatentam-se das concepções teóricas que estão informando a sua narrativa. Desprezam a revisão bibliográfica.

Entretanto, os estudos não só da história, mas que tocam na história da paisagem publicados ou traduzidos para o português nas últimas décadas no Brasil é muito bom, variado teoricamente e curioso. Volto aqui a apontar o estudo da Flora Sussekind “O Brasil não é longe daqui” e o Raymond Williams “Campo e cidade” em literatura. À época das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento foram produzidas valiosas análises das pinturas da paisagem brasileira elaboradas por artistas estrangeiros, os quais passaram pelo Brasil entre os séculos XVII e início do XX. Reflexões essas elaboradas por pesquisadores da área de estética e historiadores.

Eu trabalho com o tempo longo, minhas pesquisas avançam mais de um século. Ressentem-se, talvez, da falta de um aprofundamento maior dos contextos políticos tratados. Mas ganham com a evidência das mudanças e permanências nas representações. Percebo o imaginário e as orientações do Pe. Inácio de Loyola, interferindo na descrição da Província do Guairá, atual estado do Paraná, elaboradas pelos jesuítas em suas cartas, no século XVII. Encontro relatos de comandantes de expedições aos sertões, no século XVIII, que descrevem vistas focando em detalhes de passagens que viabilizariam a entrada de apoio militar às fronteiras. Vejo nos roteiros de sertanistas de meados do século XIX, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, descrições panorâmicas, sublimes e detalhadas de vistas de terras, na época, devolutas. Sertanistas esses escrevendo quando da discussão e edição da Lei de Terras (1850), entrando nos sertões a mando de um grande negociante e político no Império. Reexaminando as descrições da paisagem do núcleo colonial Barão de Antonina feitas em 1930 por um engenheiro, seguindo critérios de objetividade das ciências ambientais. Relato com o qual, em um primeiro momento, me identifico ao observar as fotos tiradas na época. Entretanto, ao

retornar à história da região, me conscientizo de que aquelas descrições e fotografias desvendavam um cenário, mas também ocultavam outros. Comparando todas essas investigações, noto que o enquadramento tendo em conta a altura, largura e profundidade do visualizado e descrito não é o mesmo no século XVII em comparação aos séculos XVIII, XIX e XX. Foram de grande auxílio nos meus estudos não apenas obras que se debruçaram especificamente sobre a paisagem e nem textos especificamente da área de história. Contudo, foi fundamental não esquecer aonde queria chegar, e qual a minha formação.

**Espacialidades:** Quais as possibilidades de estudo da história ambiental das paisagens e como tem se desenvolvido no Brasil?

**Dora:** Tem muita coisa a ser estudada dentro da história das paisagens no Brasil, especialmente sobre o período colonial, sobre os sertões, e encontramos muita gente competente publicando. Todavia estamos pesquisando muito isoladamente, tanto em termos estaduais, quanto regionais. Além disso nos ressentimos de encontros que viabilizem a troca de conhecimentos singularmente sobre o tema. Estamos e produzimos dispersos.

Existem obras importantes de serem traduzidas para refletirmos sobre paisagem no Brasil. Lembro do livro escrito por Nancy Leys Stepan, “Picturing tropical nature”, publicado em 2001. A brasilianista vai por caminhos pouco transitados pela historiografia ambiental cultural brasileira. Ela analisa as imagens construídas no século XIX e XX por cientistas vários, viajantes e artistas sobre a natureza nos trópicos, focando o território brasileiro. Entre outros aspectos e peculiarmente o que nos interessa aqui, a paisagem, Stepan evidencia como os desenhos e pinturas retratando vistas, o interior das matas e de jardins, de vistas no século XIX, ressaltavam e exageravam a dimensão das formas naturais, a altura das árvores, o tamanho das folhas inserindo uma única pessoa na imagem. Na sua apresentação ela nos conta que para desenvolver a sua pesquisa teve que recorrer a história ambiental, da arte, da fotografia, do desenho de paisagem, assim como à história natural.

Chamo a atenção para essa obra de Nancy Stepan justamente porque construímos a nossa identidade nacional nos apoiando sobremaneira nessas imagens e descrições sobre o território brasileiro e a sua natureza, elaboradas por cientistas e artistas estrangeiros que viajaram pelos sertões do Brasil no século XIX. Havemos de comparar essas imagens com as descrições elaboradas em séculos anteriores e criticarmos representações que permanecem sobre o exotismo na natureza brasileira.

**Espacialidades:** Você percebe uma intenção política e econômica sobre a construção dos usos e significados atribuídos às paisagens? Se sim, poderia citar algum exemplo?

**Dora:** A paisagem é uma representação pictórica, fotográfica ou textual de um conjunto de elementos tangíveis. Contudo, essa imagem contém elementos subjetivos, uma vez que para existir ela depende de um enquadramento, determinação de distância, uma seleção, uma ordem, um foco, uma significação, um conceito. Num primeiro momento, quando o termo foi criado no renascimento, paisagem foi distinguida como uma pintura, definida como um simulacro da realidade. A transfiguração do seu sentido por volta do século XIX, de representação da natureza para um conjunto concreto de elementos naturais e a imposição da ideia de que a percepção desse conjunto singular é universal, não me parece ter nada de neutro. Concordo com Anne Cauquelin quando pontua que a noção de paisagem hoje, fortemente presente em nosso cotidiano, na mídia, na propaganda, nas medidas de organismos oficiais e globais de preservação da natureza, traz embutida uma proposta de devir não apenas ecológico, mas também social e econômica.

Hoje em dia se ganha muito dinheiro com a ideia de paisagem. O lucro com o comércio de paisagens vai muito além das empresas de turismo, envolve indústrias de roupas, alimentos, transporte, equipamentos de conteúdo tecnológico e valor extremamente variados, abarca também um forte comércio de terras. Mas apenas

uma pequena parcela da população do planeta pode usufruir das paisagens e, singularmente, daquelas que são consideradas de notável beleza cênica e, ademais, há culturas que não possuem um conceito equivalente em suas línguas.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC – (Lei no. 9985 de 18 de julho de 2000) tem como um de seus objetivos “proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica”. Define como objetivo básico da unidade Parque Nacional é “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Quanto ao Monumento Natural fixa que seu objetivo é o de “preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica”. Entretanto, algumas dessas unidades se sobrepõem a terras indígenas ou de comunidades tradicionais como caiçaras e quilombolas, criando tensões com relação às formas de manejo dos recursos naturais, assim como do acesso e uso dessas áreas. A população indígena da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, se opôs a implementação do Parque Nacional do Monte Roraima em razão dos conflitos com os direitos e as políticas de preservação da sua diversidade cultural. Se reconhece que vários e diversificados grupos indígenas habitam, exploram e transformam há séculos toda aquela área de matas, campos e Tepuis. Porém, ninguém perguntou como olham e representam as suas terras. Talvez porque inviabilizaria que nos apropriássemos delas pelo olhar, pela sua transformação em paisagem.

Eu finalizaria essa pergunta questionando o que nós consideramos como um cenário feio e um sublime. Se pararmos para refletir e enumerarmos todas as paisagens que consideramos de beleza cênica, sejam aquelas com elementos naturais ou construídos, talvez notemos que o aspecto fundamental é a existência ou inexistência de elementos que remetam à estratificação social.

**Espacialidades:** É possível perceber, através dos meios de comunicação, e até mesmo na arte, a condução da paisagem na construção da memória e da identidade. O que você diz sobre isso? Quais os reflexos positivos e negativos?

**Dora:** Vou responder, porém introduzindo os principais intelectuais que me levam a refletir sobre influência da arte na construção da identidade nacional e se há reflexos positivos e negativos nesse fato.

O termo paisagem é do século XV. Conforme Anne Cauquelin a *paisagem foi inventada pela arte renascentista e esta nos instruiu a ver a natureza*. Segundo Dennis Cosgrove nós nunca conseguimos eliminar o sublime das descrições de paisagens, por mais objetivos que tentemos ser. O sublime, o que transcende o belo, era um dos elementos fundamentais daquele gênero de pintura, paisagem. Afirmarões que resultaram de estudos sobre os séculos que se estendem do XV ao XVIII. Nesse sentido, ao final do século XVII o pintor francês Roger Piles (1635-1709) no livro “Curso de Pintura por Princípios”, instruía seus leitores que a pintura de paisagem deveria transcender a realidade, adequando a luz, as cores, os movimentos, produzindo a ilusão de ótica através da perspectiva (LANEYRIE-DAGEN, 2006, p. 62 e 63) A descrição de paisagem no século XIX pelo romantismo brasileiro está ligado à construção da identidade do que era ser brasileiro.

Quando fiz a pesquisa sobre o termo paisagem para a publicação no “Glossário de termos setecentistas” o CEIBERO, o que a Anne Cauquelin colocava sobre a nossa percepção da paisagem ter sido conformada pela arte fez mais sentido. A ausência do termo paisagem em documentos do século XVIII que descreviam entradas nos sertões, e a referência, às vezes, a um cenário natural que remetia à um quadro pictórico, à uma pintura, nos revelam como nos alienamos do significado original da palavra, do seu sentido. Vivemos na ilusão de que temos controle do que é objetividade e subjetividade, tendo em conta que quando mudamos o significado de paisagem, fantasiemos uma representação em algo real concreto.

A historiografia brasileira, a partir da década de 1990, tanto aquela ligada à história ambiental como à história cultural, passou a refletir a partir de diferentes vieses teóricos sobre a construção no século XIX e início do XX de uma identidade nacional ligada à natureza. Lembremos de Nísia Trindade Lima “Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional”, Lúcia Lippi Oliveira “Americanos Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA”, Luciana Murari “Natureza e cultura no Brasil (1870-192), José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond “Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940”, entre outros tantos.

Há um comércio e uma imposição muito grande pelos meios de comunicação do que é uma paisagem a ser admirada. Como já apontei são aquelas em que o cenário não nos revela a estratificação social, aquelas que não conseguimos identificar a humanização.

**Espacialidades:** Para finalizarmos, pensando nos leitores da Revista Espacialidades que estão iniciando ou aprimorando seus estudos em relação ao estudo de Paisagens, a sra. teria alguma sugestão que não pode faltar nos estudos sobre o conceito? Quais poderiam ser sugeridas como leitura para quem esteja iniciando nessa temática?

**Dora:** Pelo final do século XX, no contexto da “Virada Cultural”, assistimos a Geografia retornando ao estudo do conceito paisagem que já havia sido clássico para essa ciência, instituído por que Alexander Von Humboldt. Contemporaneamente as demais ciências humanas e a história em particular, passaram a realçar como objeto de análise a natureza visualizada e descrita, pintada, fotografada ou filmada. A produção sobre esse assunto cresceu exponencialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, assim como se multiplicaram as definições dadas ao conceito. O arqueólogo Richard Muir em seu livro “Approaches to landscape” contou mais de cem definições diferentes de paisagem. Variações essas que ocorrem independentemente da diversidade das áreas científicas que focam no tema. Dentro

da História, como da Geografia há aqueles que estudam os cenários visualizados descritos, pintados ou fotografados tanto como representação, tanto como um conjunto objetivo de formas, como uma concretude. Entretanto, há inúmeros estudos interessantes discutindo paisagens pretéritas e mesmo presentes, que partem de conceituações distintas, porém que nos levam a refletir sobre as nossas próprias pesquisas. Eu vou mencionar algumas das que me foram fundamentais até agora.

“A invenção da paisagem” de Anne Cauquelin é uma obra essencial para fundamentar a discussão sobre o conceito paisagem. Ela traça um relato sobre a ideia de paisagem e seu processo de variação no tempo, a importância de elementos do desenvolvimento de técnicas deformadora da realidade concreta, como a perspectiva. Defende que está em andamento a transformação de nossa ideia de paisagem uma vez que hoje vivemos num mundo em parte virtual.

O livro “Ver a paisagem” de Jean Marc Besse é outra obra traduzida fundamental, que debate o conceito de paisagem. É composta por pequenos artigos em que discorre sobre representações artísticas, científicas e filosóficas a partir do espaço visualizado.

“Paisagem e memória” de Simon Schama é uma obra interessante, mas o autor não está preocupado em trabalhar com a noção em si, tanto que apresenta uma rápida definição na introdução de seu livro, ou seja, um modo de ver. Seu objetivo é apresentar uma série de cenários, monumentos naturais que são transformados em elemento de identidade para uma dada população.

“O homem e o mundo natural” de Keith Thomas é outro clássico como o livro de Simon Schama. Ele não se centraliza seja no termo paisagem ou nas descrições do visualizado, mas na mudança da forma dos humanos se relacionarem com os animais e as plantas ao longo dos séculos XV ao XIX na Inglaterra.

Francisco Carlos Teixeira da Silva escreveu um capítulo intitulado “História das paisagens” publicado em coletânea organizada por Ciro Flamarion Cardoso e

Ronaldo Vainfas. A discussão dele caminha pela definição de uma especialidade a história da paisagem e que ele liga à história cultural. Sua preocupação não é debater o conceito, mas esclarecer sobre o que ele considerava formar uma especialidade independente.

Nem todos que estão analisando paisagem na história estão ligados à história ambiental ou mesmo refletindo, a princípio, sobre a relação da humanidade com a natureza. Há uma rica produção brasileira sobre identidade nacional e a idealização de uma paisagem. Essas obras auxiliam na iluminação de nossas pesquisas em história ambiental, na consciência quanto ao fato de que a construção de nossa imagem da natureza é moldada por mitos que vem de longe, mas, também, por ideias construídas intencionalmente.

Há livros que não estão discutindo paisagem singularmente, mas analisam como se enxerga e descreve a natureza. Nessa linha eu mencionaria um livro clássico da historiografia brasileira, o *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda. Mas, infelizmente, pouco lido pelos historiadores ambientais. Recentemente, Laura de Mello e Souza publicou “O jardim das Hespérides”. Um livro que parte de Sérgio Buarque sobre influência de mitos antigos na interpretação da natureza brasileira e de uma controvérsia semelhante. Afirmo, que ainda no presente, demandamos esses mitos antigos, porém, agora com vestes novas. Se no final da década de 1950, Sérgio Buarque referia-se à construção da identidade nacional e o apelo para a expansão da fronteira. Hoje Laura de Mello e Souza alude à permanência da destruição processada em nossas matas amparada no discurso civilizacional.

Raymond Williams escreveu “Campo e cidade” tratando como esses espaços, o campo e a cidade, foram tratados pela poesia inglesa do século XVI até o XX. Caminha analisando as descrições que esses poetas faziam das cenas visualizadas ou imaginadas. Há uma cena introdutória escrita dele ouvindo um barulho e imaginando um cenário que ele vivenciava quando era jovem, sugerindo que carregamos paisagens conosco ao longo da vida.

Um livro que examina o olhar sobre o espaço físico e social dos testemunhos e que nos auxilia a criticar fontes do século XVIII e XIX é o de Mary Louise Pratt, “Os Olhos do Império”. Ela mostra a mudança no olhar, nos detalhes do observado, nos elementos descritos entre o início do século XVIII e final desse século e do XIX na África do Sul por colonizadores europeus, Afirma como os interesses econômicos se uniram à ciência e determinaram o que focar e relatar. A mudança nos detalhes ressaltadas e o ocultamento gera avaliações distintas sobre as sociedades locais. Chama a atenção também para a dissimilitude entre o foco masculino e feminino analisando descrições de mulheres que viajaram pela América Latina no século XIX.

Saindo de uma bibliografia em português eu indicaria os escritos de Dennis Cosgrove. Há um artigo dele traduzido para o português “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”, que foi publicado na coletânea Paisagem, tempo e cultura coordenada por Zeni Rosendahl e Roberto Lobato Correa. Contudo, dentre a sua vasta obra, eu lembraria do livro dele “Social formation and symbolic landscape” e do artigo “Landscape and Landschaft”. Neste último caso ele desenvolve uma interessante discussão sobre o significado original e diverso da palavra inglesa e do alemão e da mudança de seus significados por volta do século XVII. Kenneth Olwig escreveu um artigo “Recovering the substantive nature of landscape”, justamente buscando debater com o artigo de Cosgrove. Há um livro organizado por Stephen Daniels e Cosgrove que reúne artigos de pesquisadores, em sua maioria, geógrafos e historiadores, tratando de variados espaços e tempos, contudo partilhando a ideia de paisagem como uma imagem cultural.

Uma discussão muito interessante foi proposta por Barbara Bender e Margot Winer em “Contested landscapes. Movement, exile and place”. É uma coletânea de artigos de vários pesquisadores discutindo a relação com o espaço físico, com a paisagem de povos do terceiro mundo que estão em movimento por questões diversas, pelo exílio, pela migração forçada, por guerras. Pessoas essas que levam a paisagem consigo, segundo Barbara Bender coloca na introdução.

Terence Ranger publicou em 1999 “Voices from the Rocks: Nature, Culture, and History in the Matopos Hills of Zimbabwe”, onde trata das revoltas e tensão entre as etnias que habitam a região de Matopos, atual Zimbabwe e o colonialismo inglês. As colinas de Matopos são um parque nacional e declaradas Patrimônio da Humanidade pela Unesco em razão das formações geológicas e vestígios de pintura rupestre entre outros aspectos. As colinas foram declaradas parque nacional pelo colonizador inglês Cecil Rhodes em 1902. Aliás ele está enterrado lá, como era o seu desejo, próximo a um líder tradicional. O livro revela a imposição de um significado pelo colonizador europeu a um cenário, desconsiderando seu significado para as culturas tradicionais locais, e obrigando e justificando a posse através dele. Hoje em dia as agências de viagens têm pacotes para as colinas de Matobos. Seus prospectos acentuam, entre outros fatos, a paisagem formada pelas rochas. E indicam como um ponto folclórico da viagem a constatação de que as sociedades locais acreditam que ali vivem espíritos de antigos líderes.

Vou relacionar a seguir uma bibliografia que foi referenciada ao longo da entrevista. Mas cabe ressaltar que há inúmeros outros pesquisadores pertinentes para quem quer estudar paisagem e que eu não mencionei nesta conversa. Fundamentalmente me concentrei aqui nos principais historiadores, antropólogos geógrafos, filósofos, que influenciaram a minha reflexão sobre o conceito de paisagem e sobre a leitura e crítica de testemunhos que nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX entraram nos sertões e descreveram o que visualizavam.

#### **Bibliografia citada:**

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris**. Ecologia e História. Campinas: Papirus, 1988.

BENDER, Barbara. (Ed.) **Landscape politics and perspectives**. Oxford: Berg, 1993.

BENDER, Barbara; WINER, Margot (Eds.) **Contested landscapes**. Movement, exile and place. Oxford: Berg, 2001.

BESSE, Jean-Marc. Ver a terra. **Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. With a new introduction. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Cotia e Itapeverica da Serra. Subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). **A cidade de São Paulo**. Cia Nacional; AGB/SP, v. IV, 1958.

DEAN, Warren. **A Luta Pela Borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. **With broadax and firebrand**. The destruction of the Brazilian Atlantic forest. Berkeley: University of California Press, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, 1991.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Record, 1989

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2. ed. atual. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEONÍDIO, Adalmir. O conceito de paisagem em história. **XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16114>>

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Universidade Candido Mendes; Renavan, 1998.

MUIR, Richard. **Approaches to landscape**. London: Macmillan Press Ltd, 1999.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Humanitas, 2000.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de Viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

RANGER, Terence. **Voices from the Rocks: Nature, Culture, and History in the Matopos Hills of Zimbabwe**. Indiana: Indiana University Press, 1999.

ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SCHAMA, Simon. **História e paisagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. Na história da literatura. São Paulo, Cia das Letras, 2000.